

AO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

A/C: Sônia Aparecida Granja Anelli – Técnico Judiciário

COORDENADORA DE LICITAÇÃO E REGISTRO DE PREÇO

Referente ao Pregão Eletrônico N° 26/2019 – TRE-MS

Procedimento Administrativo N° 0003364-33.2019

Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário

**MR CORDEIRO COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP**, empresa jurídica devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ n° 03.842.600/0001-95**, situada na Av. Ricardo Brandão, n° 1.504, Jd. Dos Estados, em Campo Grande, MS, através de seu representante legal Sr. Florisval Salles Junior, vem através desta:

Impugnação do Edital

Nos termos do Artigo 41, parágrafo segundo da Lei 8.666/93 pelos seguintes fundamentos de fato e de direito que a seguir passa a expor:

Ocorre, que da análise de referido edital de licitação e seus anexos, é possível verificar que os preços estimados para execução dos serviços são totalmente inexequíveis e as especificações são incompatíveis com as normas solicitadas, o que justifica a presente impugnação, conforme será amplamente explorado nas planilhas de custos e formação de preços baixo transcritas.

Do preço Inexequível

Os itens **03;04;05;06;07;08**, apresentam preço abaixo de mercado. Apenas a título de exemplo, no item 04, uma **mesa angular (em L)** com medidas de **1400x1400x600x740mm (L,P,A)**, apresenta como valor de referência **R\$ 805,17**. Não é preciso, muito argumentos para comprovar que o preço está fora da realidade de mercado, apenas fazendo uma análise comparativa, que no mercado uma chapa de MDP, com espessura de 25mm, custa em média R\$ 471,00. Adicionado a isso temos o custo do aço para estrutura, acessórios, pintura, bordas, etc...,

e mais os impostos compreendidos IPI, ICMS e IMPOSTOS FEDERAIS, ainda temos o frete para entrega e a montagem com equipe qualificada (tudo isso simplesmente como exemplo dos custos até o cliente final de um item solicitado). Além disso os insumos que compõe a base destes produtos, Madeira e Aço têm sofrido constantes reajustes, conforme exposto pela mídia que estas composições de preço dependem não somente de nosso mercado nacional mas também internacional. Obviamente é claramente visto que o preço é inexequível.

#### Das Especificações Técnicas Incompatíveis

Observa-se que alguns itens do edital apresentam uma especificação técnica fragilizada e ao mesmo tempo incompatível com as normas técnicas e regulamentares solicitadas.

Nos itens 03;04;05, o tampo das mesas solicitadas não especificam por exemplo a espessura da borda em pvc da mesa. Vale ressaltar que a NBR 13966, estabelece que a borda deverá ser arredondada num raio de 1,5mm. Para que isso seja possível tecnicamente, é necessário que a espessura da borda de pvc seja de no mínimo 2,5mm. A isenção desta informação, compromete o princípio da eficiência, e abre possibilidade para suposta má fé por parte de fornecedores oportunistas ofertem produtos que não estejam à altura da qualidade pretendida.

Algo similar acontece na especificação técnica das estruturas metálicas. Apenas é feita menção a matéria prima, não são mencionadas as espessuras, design, estampagem e qualidade da pintura. Novamente a eficiência é comprometidas. A norma SAE 1020 estabelece critérios que devem ser atendidos. Para isso deve haver uma descrição mais detalhada do que se pretende. Além disso, existe, fatores ergonômicos que podem ser melhorados. Processos tecnológicos atuais, oferecem estampagem e usinagem que poderão contribuir para a melhoria da ergonomia do produto evitando acidentes.

#### Do Direito

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a manutenção do serviço. Pode-se observar claramente que a estimativa feita, já foi com base em disputas realizadas, sendo já o preço mínimo, inviabilizando disputa.

Ainda, vale frisar que o particular, a contrário da Administração Pública, visa o lucro na contratação. No entanto, o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado, apresenta

indícios de inexecutabilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos com matéria prima, processamento de fabricação, custos tributários, manutenção e logística. Portanto, a ilegalidade da estimada de remuneração constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor.

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório.

A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393). (grifo nosso)

Caso seja mantida a estimativa constante no Edital a contratada arcará com gastos superiores aos custos totais dos produtos para prestar o fornecimento, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo receber um serviço sem a devida contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo.

Essa situação ainda viola o princípio da razoabilidade, pois a presente estimativa não supre nem o custo dos serviços não pode ser considerado razoável.

No que diz respeito às especificações técnicas, é importante não apenas a melhoria da descrição dos produtos, mas também a exigência de normas técnicas e documentos que vão comprovar a qualidade pretendida.

Nessa linha de raciocínio, o ilustre Prof. José dos Santos Carvalho Filho nos ensina que:

“O núcleo do princípio é a procura de produtividade e economicidade, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento.”

Diante disso, a especificação de mobiliário que atenda a requisitos técnicos de estabilidade, resistência e durabilidade, visa efetivar o postulado da eficiência, na medida em que mitiga os riscos de aquisição de mobiliário sem o padrão de qualidade esperado, o que demonstra a necessidade de que a empresa interessada em participar da presente licitação cumpra, no mínimo, as normas técnicas destinadas à verificação de qualidade do mobiliário produzido.

Nesse sentido, deve ser destacado o seguinte trecho extraído do Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União, in verbis:

“Por isso, é importante que o ato convocatório da licitação defina claramente critérios de análise dos produtos ofertados, os quais deverão levar em conta fatores de qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho, dentre outros julgados necessários.....”

Vale ressaltar que no presente edital é nítido que os itens são de mesma natureza a guardam relação entre si, sendo assim qual o empecilho para que a presente disputa ocorra do tipo menor preço por grupo ao invés de menor preço por item, haja vista que tal tipo de disputa é admitida na jurisprudência do TCU, conforme passagem abaixo transcrita:

Acórdão 861/2013-Plenário, TCU 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013. Representação efetuada por empresa, com pedido de medida cautelar, apontou supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 01/2013, que tem por objeto a aquisição de mobiliário para as unidades da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro. Entre os quesitos do edital impugnados, destaque-se o que estabeleceu o agrupamento dos itens de mobiliários (estações de trabalho, mesas diversas, gaveteiros, armários variados e estantes) em lotes. Argumentou a autora da representação que a licitação por lote, em que os componentes sejam “elementos díspares entre si”, afrontaria o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art.

5º, caput e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, assim como a orientação contida na Súmula 247 TCU, na medida em que impediria um maior número de empresas de participar do certame, pois muitas delas seriam capazes de ofertar apenas alguns itens e não outros. A relatora, no entanto, ao endossar o exame empreendido pela unidade técnica a respeito dessa questão, considerou pertinente a justificativa de que tal medida visou à “padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que comporão os ambientes da AGU” e objetivou “garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si”. E de que se buscou evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de “preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores”. Acrescentou que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”. Mencionou ainda decisão do Tribunal que forneceu orientação que se ajustaria às especificidades do caso sob exame, no sentido de que “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” – Acórdão 5.260/2011-1a Câmara. Acrescentou que houve efetiva competição no certame, que contou com a participação de quinze empresas. O Tribunal, então, por não identificar razões para a suspensão do certame, julgou improcedente a representação. Precedente mencionado: Acórdão 5.260/2011-1a Câmara.

#### Do Pedido

Ante ao exposto, a requerente solicita que seja reconsiderado os critérios utilizados na pesquisa de preços para o estabelecimento do preço de referência, e a readequação do Termo de Referência no que tange a qualificação das especificações técnicas e exigências a serem feitas.

Na certeza de que estes aspectos estarão contribuindo para a eficiência do processo, uso consciente e responsável dos recursos públicos, respeitosa e solicitamos que a presente impugnação seja acatada na íntegra.

N. Termos

Pede Deferimento,

Campo Grande / MS, 26 de junho de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Florisval Salles Junior  
Representante Legal  
MR CORDEIRO COMÉRCIO DE MÓVEIS  
CNPJ: 03.842.600/0001-95

**03.842.600/0001-95**  
**MR CORDEIRO COMÉRCIO DE**  
**MÓVEIS EIRELI EPP**  
**AV.: RICARDO BRANDÃO Nº 1500**  
**CHÁCARA CACHOEIRA - CEP: 79.005-571**  
**CAMPO GRANDE - MS**